

jornal da tarde

Publicado pelo S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55. Tel.: 266-7099 (PABX).



JULIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JULIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

Sarney não está usando o poder que lhe dá o cargo

A ninguém é dado desconhecer a precária situação em que o presidente José Sarney recebeu o governo. Não estamos pensando apenas no sombrio legado dos governos militares, nos campos político, social e econômico, já suficientemente devassado, mas nas dificuldades surgidas pela forma abrupta como ele foi chamado a substituir Tancredo Neves. Herdou um governo pensado e armado à maneira e ao estilo do presidente eleito e ainda assim incompleto, cheio de buracos em setores vitais. E sem o mínimo de tempo de preparar-se para a missão. Entendemos que o presidente Sarney fez um esforço extraordinário para colocar em funcionamento a máquina administrativa quase emperrada com a doença inesperada de Tancredo Neves e, conforme já registramos em outros editoriais, ele tem sido na maioria das vezes bem-sucedido em suas ações, mormente na área econômico-financeira.

Completa-se, hoje, um mês que José Sarney assumiu efetivamente a Presidência da República, após a morte de Tancredo Neves. Agora, é possível fazer um balanço do novo governo e, ao lado dos aspectos positivos, já comentados por nós em outras oportunidades, registrar, no campo político, uma certa vacilação do presidente da República que, se não superada imediatamente, poderá comprometer irremediavelmente sua administração. Entendemos e achamos mesmo louvável e até necessário o esforço empreendido por José Sarney para tornar mais democrático o processo de decisões na Nova República. Nada mais desastroso — e o País está pagando muito caro por isso até hoje — do que a caturrice autoritária e a auto-suficiência ao estilo do general Ernesto Geisel. Aquele que pensava tudo saber e tudo poder e acabou legando-nos, na esteira do visionário II PND, a Ferrovia do Aço, o programa nuclear, o programa siderúrgico e outros desastres do mesmo porte. Não nos agrada também a atitude inversa, ao estilo do general João Figueiredo, quando o governo ficou nas mãos de dois ou três superministros e os desastres não foram menos pavorosos. Ao final do governo Figueiredo não havia mais autoridade nenhuma.

O esforço para não parecer autoritário e dar ao governo uma nova imagem não pode ser confundido com a simples renúncia ao exercício da autoridade. O presidente Tancredo Neves tinha exata noção dos riscos que corre o governante ao confundir governo aberto e democrático com simples anarquia e tibieza. Ele foi testemunha ocular de um dos piores momentos — a quase invasão do Palácio dos Bandeirantes — de um governo — o de Franco Montoro — que só tem feito misturar as duas coisas. Por isso, Tancredo disse mais de uma vez que não iria admitir em seu governo superministros, pois considerava seus auxiliares executores da política determinada pelo presidente da República. No caso da lei de greve — um problema com o qual se defronta no momento o novo governo —, Tancredo Neves foi muito claro em sua definição: apesar de considerar a atual lei ruim e entender que ela precisava ser mudada, enquanto não o fosse não hesitaria em aplicá-la para preservar a ordem. O governo, entendia o falecido presidente, ao renunciar à aplicação de um preceito legal estaria renunciando também à sua autoridade.

E é exatamente no tratamento dos movimentos grevistas que verificamos as maiores vacilações do governo do presidente José Sarney. Talvez pressionado pelas circunstâncias em que chegou ao poder, ameaçado de todos os lados e, na verdade, sem apoio efetivo e decidido do maior partido da coligação governamental, o presidente vive momentos de dúvida realmente hamletiana. Ao mesmo tempo em que afirma, como o fez num discurso em Uberaba, que não admitirá que a autoridade do governo seja contestada, tolera uma greve irregular nos Correios. Um movimento que, além de estar capitulado como ilegal no próprio texto constitucional, continua cada vez mais agressivo — agora vem a "operação pombo doido" —, apesar de o governo já haver mandado pagar o adiantamento inicialmente reivindicado pelos carteiros. A ação do governo nessas greves, não só na dos carteiros, mas em outras onde a paralisação arranhou a legalidade, como em vários episódios da greve dos metalúrgicos, já gerou sérios atritos dentro do Ministério. E a nota oficial, meio ambígua, distribuída na semana passada pelo Palácio do Planalto não apagou o incêndio. Exatamente por tentar agradar a todos os lados ao mesmo tempo.

As vezes, chega-se a ter a impressão de que há setores do governo incentivando os movimentos grevistas. É o caso do ministro Almir Pazzianotto, com entrevistas do tipo da que nos concedeu no domingo. Garantiu, por exemplo, que a atual situação está "dentro da normalidade". Estarão dentro da normalidade movimentos grevistas cujo líder, sr. Lula da Silva, falando numa assembleia sindical, já não distingue entre CUT e PT e diz, com a singeleza que lhe é habitual, que "o governo está apostando no nosso fracasso, pois neste ano haverá eleições nas prefeituras das capitais, em 86 a Constituinte e a eleição de novos governadores. E eles sabem que em São Bernardo e no ABC o PT tem muita força...?"

Seria preciso dizer mais para mostrar o que Lula pretende com as greves?

Elementos do Pise — Pacto Intersindical dos Serviços Essenciais —, órgão que congrega os sindicatos das categorias que estão legalmente proibidas de fazer greve, já avisaram que farão uma greve geral se o governo, por qualquer motivo, resolver afastar o sr. Pazzianotto do Ministério do Trabalho. O ministro do Trabalho há de entender que muita gente esteja suspeitando de que ele está interessado em utilizar os movimentos para promover-se politicamente.

Entendemos — como entendia o presidente Tancredo Neves — que não cabe a nenhum ministro de Estado dizer ao presidente da República o que fazer, como ele deve agir, mas apenas assessorá-lo em sua decisão. O presidente José Sarney está cometendo inicialmente o mesmo erro que até hoje Franco Montoro comete aqui em São Paulo: deixa gente demais falar dentro do seu governo e não dá a palavra final. O cargo de presidente da República dá ao sr. José Sarney força para estancar ações paralelas e diversionistas, mas ele não está usando esse poder. E as vacilações alimentam as disputas ministeriais ca-

da vez mais acesas, os choques entre o PMDB e a Frente Liberal, as pressões contra a até aqui bem-sucedida política econômica e incentivam aqueles que, como o governador Leonel Brizola, querem reduzir o mandato presidencial para dois anos ou menos. Sem falar, é claro, na manutenção de um clima propício à irrupção de mais greves a serem manipuladas por quem está apostando no fenecimento da Nova República.